

CASA DE CARIDADE DOM ORIONE

CNPJ: 01.368.232/0001-60

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022.

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes

QUADRO I	Balanço patrimonial
QUADRO II	Demonstração do resultado do exercício
QUADRO III	Demonstração do resultado abrangente
QUADRO IV	Demonstração das mutações do patrimônio líquido
QUADRO V	Demonstração do fluxo de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores da
CASA DE CARIDADE DOM ORIONE
Araguaína - TO

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da CASA DE CARIDADE DOM ORIONE (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CASA DE CARIDADE DOM ORIONE em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

Investigação em andamento pela Polícia Federal – “Operação Marcapasso”

Conforme mencionado na nota explicativa 1, a Entidade foi citada na 2º fase da “Operação Marcapasso” da Polícia Federal que investiga esquema de corrupção e fraude a licitações no Estado do Tocantins, tendo como objetivo a aquisição de equipamentos OPME’s (Órteses, Próteses e Materiais Especiais). Embora a administração e os assessores jurídicos da Entidade esperam não ter impactos em suas demonstrações contábeis, não podemos assegurar, em razão do andamento das investigações ainda em curso até a presente data, de que não existam impactos relevantes, inclusive sobre aspectos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, cujo relatório emitido em 27 de abril de 2023, continha ressalva relacionada ao mesmo assunto do parágrafo anterior relativo aos impactos, inclusive tributários, que porventura possam recair sobre a Entidade relacionado a Investigação em andamento da Polícia Federal – “Operação Marcapasso”.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividade de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de abril de 2024



Rodrigo Vilela de Freitas
Sócio-contador
CRC MG 082650/O-4
EXACTUS Auditores Independentes
CRC MG 013461/O-3 "S" TO

Casa de Caridade Dom Orione

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2023	2022		Nota explicativa	2023	2022
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.429.342	1.422.011	Fornecedores	8	10.859.091	11.578.855
Aplicações financeiras restritas		111.531	52.409	Empréstimos e financiamentos	7	18.757.056	7.265.014
Contas a receber	4	40.497.608	34.114.156	Obrigações trabalhistas	9	7.213.187	6.363.327
Estoques	5	4.137.095	5.753.106	Tributos e contribuições sociais		550.014	442.752
Adiantamentos		570.885	141.559	Convênios	11	2.544.900	345.642
Outras contas a receber		583.691	804.795	Compromissos contratuais e parcelamento	12	437.886	386.642
Total do ativo circulante		54.330.152	42.288.036	Outras contas a pagar		436.614	315.345
				Total do passivo circulante		40.798.748	26.697.577
Ativo não circulante				Não circulante			
Consortícios		224.888	205.913	Empréstimos e financiamentos	7	23.984.240	27.399.813
Investimentos		54.350	54.350	Compromissos contratuais e parcelamento	12	1.049.524	836.605
Intagível		8.444	6.384	Provisões	10	2.467.004	1.452.610
Imobilizado	6	32.183.554	31.041.409	Total do passivo não circulante		27.500.768	29.689.028
Total do ativo não circulante		32.471.236	31.102.143				
				Patrimônio Líquido			
				Patrimônio social		17.209.487	20.284.515
				Superavit (Déficit) do exercício		1.292.385	(3.075.028)
				Total do patrimônio social	13	18.501.872	17.209.487
Total do ativo		86.801.388	73.596.092	Total do passivo e do patrimônio líquido		86.801.388	73.596.092

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione

Demonstrações dos resultados Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receitas Operacionais	14	156.063.498	125.879.867
Receitas de subvenções	14	7.470.123	6.832.156
Doações - líquido	14	224.535	357.667
(-) Deduções	14	(17.122.304)	(19.021.853)
(=) Receita líquida		146.635.852	114.047.837
(-) Custos dos Serviços Prestados	15	(128.554.775)	(103.087.300)
(=) Superávit bruto		18.081.077	10.960.537
(+/-) Despesas/receitas operacionais			
Gerais e administrativas	16	(12.783.550)	(11.693.179)
Outras receitas/(despesas) operacionais		2.611.136	3.316.528
		(10.172.414)	(8.376.651)
Despesas financeiras	17	(6.796.209)	(5.825.048)
Receitas financeiras		179.931	166.134
		(6.616.278)	(5.658.914)
(=) Superavit/(Déficit) do exercício		1.292.385	(3.075.028)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione

Demonstrações dos resultados abrangentes Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	2023	2022
Superávit (Déficit) do exercício	1.292.385	(3.075.028)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.292.385	(3.075.028)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.284.515	20.284.515
Déficit do exercício	(3.075.028)	(3.075.028)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>17.209.487</u>	<u>17.209.487</u>
Superávit do exercício	1.292.385	1.292.385
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u><u>18.501.872</u></u>	<u><u>18.501.872</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Casa de Caridade Dom Orione

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

	2023	2022
(=) Superavit do exercício	1.292.385	(3.075.028)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Provisão para contingências	1.014.394	(1.269.440)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	7.364.152	(3.459.695)
Perdas e Avarias de Estoque	11.298	-
Baixa de Investimentos, Ativo Imobilizados e Intangível	281.781	3.481.651
Depreciação e amortização	3.969.555	3.586.339
Doações Recebidas de Bens e/ou direitos	(224.535)	(162.101)
	13.709.030	(898.274)
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
(Aumento)/Contas a receber	(13.747.604)	(4.684.264)
(Aumento)/Diminuição nos estoques	1.604.713	732.230
(Aumento)/Adiantamentos	(429.326)	603.668
(Aumento)/Despesas pagas antecipadamente	-	9.198
(Aumento)/Diminuição Outras contas a receber	445.639	(39.896)
Aumento / (diminuição) em Fornecedores	(719.764)	2.705.727
Aumento / (diminuição) em obrigações trabalhistas e tributárias	957.122	38.970
Aumento / (diminuição) em Convênios	2.199.258	(4.248.189)
Aumento / (diminuição) em Compromissos Contratuais	264.163	1.060.939
Aumento / (diminuição) em Outras Contas a Pagar	121.269	(207.944)
	4.404.500	(4.927.835)
Caixa líquido das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(5.391.541)	(7.243.033)
Intangível	(4.000)	-
Consórcio de Veículo	(18.975)	-
	(5.414.516)	(7.243.033)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	99.191.731	114.804.939
Amortização de empréstimos e financiamentos	(86.879.604)	(96.679.924)
Juros sobre empréstimos	(4.235.658)	(10.734.456)
	8.076.469	7.390.559
Aumento/(redução) líquido de caixa	7.066.453	(4.780.309)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.474.420	6.254.729
Caixa e equivalentes de caixa no Final do período	8.540.873	1.474.420
Aumento/(redução) líquido de caixa	7.066.453	(4.780.309)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Informações gerais

A Casa de Caridade Dom Orione, filiada à Pequena Obra da Divina Providência - Dom Orione, é uma entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, beneficente, filantrópica e de assistência social, com o fim de cumprir os pressupostos e princípios evangélicos vividos e ensinados pelo Padre Luís Orione, com a duração por tempo indeterminado e tem como objetivos:

- a) manutenção da saúde da pessoa;
- b) assistência médico-hospitalar, em regime de internação e com serviços ambulatoriais;
- c) desenvolver atividades educacionais na área da saúde, em estabelecimentos próprios e de terceiros;
- d) pesquisa para o aperfeiçoamento das atividades de saúde;
- e) atenção ao idoso, especialmente aos mais necessitados;
- f) atenção às pessoas portadoras de deficiências físicas e/ou mentais, dando preferência às atividades terapêuticas e de reabilitação;
- g) levar a efeito a saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização.

Para o cumprimento das suas finalidades a Casa de Caridade Dom Orione criará e manterá hospitais, escolas, faculdades, asilos, creches e quaisquer outras que venham a contribuir para a melhoria da assistência à comunidade, podendo constituí-las em departamentos, com administração autônoma e atenderá preferencialmente as pessoas mais carentes sem distinção de sexo, idade, credo religioso e político.

Investigação da Polícia Federal (Operação Marca-passo)

A investigação teve início com a instauração da investigação policial determinada por portaria datada de 28 de junho de 2017, recebendo a denominação de “Operação Marca-passo”.

O objetivo da investigação é a apuração de suposta prática criminosa dos ilícitos penais de corrupção ativa e passiva, crimes contra licitação e organização criminosa no Hospital Geral de Palmas/TO.

A investigação estendeu-se ao Hospital e Maternidade Dom Orione em Araguaína/TO em razão de tratar-se dos dois únicos hospitais a realizar cirurgias cardíacas no estado, bem como em razão de suspeitas levantadas por delator envolvido na investigação.

Em decorrência das investigações, diversas denúncias foram apresentadas pelo Ministério Público Federal, nenhuma delas contra o Hospital e Maternidade Dom Orione ou mesmo contra quaisquer de seus diretores, superintendentes ou colaboradores, circunstância que autoriza concluir que inexistente qualquer espécie de envolvimento ou prática de atos ilícitos.

Passados mais de sete anos, não se tem notícia de nenhum outro desdobramento da investigação e nem mesmo de que ainda existam diligências em curso, o que autoriza concluir que os trabalhos de apuração se encontram concluídos.

Vale acrescentar que, no decorrer do ano de 2022, bens de propriedade dos diretores que haviam sido bloqueados ou apreendidos, foram liberados ou restituídos pela Justiça Federal, em razão de tais pessoas não mais figurarem como objeto de investigação.

O Hospital Dom Orione trabalha diuturnamente com um alto número de atendimentos a pacientes que demandam procedimentos e serviços hospitalares de alta complexidade, dentre eles: procedimentos cirúrgicos, endoscópicos, hemodinâmicos, diagnóstico por imagem e terapia intensiva com utilização de órteses, próteses, materiais especiais e dispositivos médico implantáveis (OPME/DMI). Em 2023, entendendo a importância da redução de riscos e/ou possíveis danos oriundos dos processos de cuidado, bem como melhorias organizacionais com foco na segurança do paciente, algumas medidas foram então incorporadas aos nossos processos, assim, garantindo melhores padrões de qualidade. Tais ações incluíram a criação da comissão de OPME composta por uma equipe multiprofissional, a fim de abranger toda a prática médica hospitalar e as melhores práticas de relacionamento com fornecedores, em observância ao disposto no regulamento interno institucional das boas práticas voltadas ao OPME/DMI. Ademais, visando a melhoria contínua, o Hospital Dom Orione realizou a reestruturação documental, a qual se refere a obtenção desses insumos na organização. Este método garante a segurança do paciente e da equipe que prestam o serviço assistencial e, além de reduzir desperdícios, evita a identificação incorreta de dispositivos.

Ressaltamos que o Hospital Dom Orione conta com uma empresa de auditoria externa, que faz a regulação e auxílio aos profissionais de saúde na seleção adequada de OPME/DMI. Esta seleção é feita de acordo com as necessidades clínicas de cada paciente e nas melhores práticas médicas baseadas em evidências, fazendo assim com que haja uma mitigação de variabilidades errôneas nesses processos. O desencadeamento dessas ações estabelece relações de harmonia e confiança entre todos os envolvidos, trazendo resolubilidade nas operações exercidas na unidade.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem a legislação societária brasileira e o Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), levando em consideração a ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade de Lucro.

De acordo com o item 4 da ITG 2002 (R1), aplicam-se à entidade sem finalidade de lucros os Princípios de Contabilidade e a própria Interpretação (ITG 2002 - R1). Aplicam-se também a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as normas completas (IFRS completas) naqueles aspectos não abordados pela Interpretação.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 25 de abril de 2024.

2.2. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

- a) Provisões para contingências (nota 10);
- b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 4);
- c) Vida útil estimada do ativo imobilizado (nota 6).

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e, também, sua moeda de apresentação.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

A classificação dos ativos financeiros é realizada com base nas características individuais dos instrumentos e no modelo de gestão do ativo ou da carteira em que está contido, realizada da seguinte forma:

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Passivos financeiros

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, deduzido das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

2.7. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base na análise do "aging list" (listagem por idade de vencimento), considerando os itens pendentes de longa data (superior a 360 dias) e outras perdas avaliadas como prováveis. O montante registrado é considerado pela Administração da Entidade como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Perdas Diversas" na demonstração do resultado do exercício (superávit ou déficit).

2.8. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da utilização na prestação dos serviços ou perecimento.

Quando necessário, é efetuado ajuste para reconhecimento das perdas com itens obsoletos, medicamentos vencidos sem possibilidade de reutilização, materiais deteriorados e outros.

2.9. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.10. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	45
Máquinas e equipamentos	8
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Instalações	10
Instrumentos Cirurgicos	5
Ferramentas	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

No exercício de 2017, após levantamento realizado em relação ao estado de conservação dos bens através de laudo de vida útil econômica do ativo imobilizado, foi alterado a estimativa da vida útil de máquinas e equipamentos de 10 anos para 8 anos, bem como edificações que passou de uma estimativa de 25 anos para 45 anos.

2.11. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos é avaliado anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo for maior que o valor recuperável estimado.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Entidade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por prazo superior a 12 meses após a data do balanço.

2.14. Provisão para contingências

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.15. Convênios

Referem-se a convênios para custeio de projetos captados por meio de instrumentos específicos.

Reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica “Convênios” e apropriadas como receita quando da efetiva prestação do serviço ou outra condição acordada.

2.16. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Social está representado pela dotação inicial acrescida ou diminuída do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

2.17. Apuração do Superávit (déficit)

As receitas e despesas são reconhecidas de acordo como Princípio da Competência. As receitas são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: a) haja evidência da existência de contrato; b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; c) o preço esteja fixado e determinado; e d) o recebimento seja provável.

As doações e contribuições são reconhecidas quando efetivado o recebimento dos recursos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo do caixa e equivalentes de caixa inclui caixa em poder da Entidade, depósitos bancários e aplicações financeiras. O saldo dessa conta no final do exercício, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens da demonstração da posição financeira, como demonstrado a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa Central	5.257	38.925
Caixas - diversos	6.087	4.124
Total de Caixa	<u>11.344</u>	<u>43.049</u>
Banco do Brasil	735	9.346
Bradesco	30.221	1.019
Caixa Econômica Federal	6.731.837	302
Sicoob - UniCentro	57.558	29.554
Sicredi	6.255	1.298
Santander	44	1
Bancos conta Movimento	<u>6.826.650</u>	<u>41.520</u>
Aplicação Sicoob - UniCentro	454.168	272.200
Aplicação CEF	1.137.180	1.065.242
Total aplicações financeiras	<u>1.591.348</u>	<u>1.337.442</u>
Total de Caixa, Bancos e Aplicações	<u><u>8.429.342</u></u>	<u><u>1.422.011</u></u>

4. Contas a receber

Contas a receber são decorrentes dos serviços prestados pelo Hospital, como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Convênios (SUS)	28.003.280	16.046.606
Convênios com particulares	17.079.768	17.529.235
Total de convênios a receber	<u>45.083.048</u>	<u>33.575.841</u>
Cheques a receber	127.793	27.886
Cartões de Créditos	1.120.041	720.896
Clientes a receber	3.052.416	1.311.072
Total de contas a receber de clientes	<u>49.383.298</u>	<u>35.635.695</u>
Perdas estimadas na realização das contas a receber	(8.885.690)	(1.521.539)
	<u>40.497.608</u>	<u>34.114.156</u>

A abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer é a seguinte:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
A vencer	15.881.229	19.610.079
Serviços em andamento a faturar	709.303	709.303
Cheques, Cartões de Crédito e Outros	1.247.834	748.782
Vencidos:		
Até 30 dias	7.602.690	4.292.617
De 31 a 60 dias	6.024.926	1.174.373
De 61 a 90 dias	2.490.377	504.513
De 91 a 180 dias	4.122.687	1.753.173
De 181 a 360 dias	2.756.207	5.461.968
Acima de 360 dias	8.548.045	1.380.887
PECLD	(8.885.690)	(1.521.539)
	<u>40.497.608</u>	<u>34.114.156</u>

As perdas estimadas na realização das contas a receber são reconhecidas após análise individualizada dos clientes. O critério de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi definido pela entidade àqueles inadimplentes com mais de 360 dias de atraso, sendo estes saldos em sua maioria baixados e o restante incluído em PECLD. Porém, as glosas, quando não realizado o aceite, serão lançadas como provisão acima de 90 dias por já se encontrar expirado qualquer prazo de recurso.

A movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo no início do exercício	(1.521.539)	(12.248.512)
Adições	(7.364.151)	(4.904.657)
Baixas	-	15.631.630
Saldo no final do exercício	(8.885.690)	(1.521.539)

5. Estoques

Os estoques estão compostos por materiais de uso e consumo hospitalar.

O estoque de materiais hospitalares é avaliado pelo método do custo médio das compras e, quando aplicável, ajustadas ao valor de realização e deduzidas de perdas por deterioração ou obsolescência.

A provisão de perdas estimadas tem por base a média dos três últimos exercícios em perdas auferidas em relação ao volume médio de compras do mesmo período.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Materiais hospitalares	4.196.446	5.801.159
(-) Perdas estimadas na realização dos estoques	(59.351)	(48.053)
Total dos estoques	<u>4.137.095</u>	<u>5.753.106</u>

6. Imobilizado

O Ativo Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido dos encargos de depreciação, estando composto da seguinte forma:

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido		Taxa
			2023	2022	
Terrenos	159.360	-	159.360	159.360	-
Edificações	24.837.426	(10.802.779)	14.034.647	12.904.706	2%
Instalações	735.510	(735.510)	-	-	-
Veículos	489.593	(273.818)	215.775	104.661	20%
Móveis e utensílios	2.552.378	(1.769.528)	782.850	707.433	10%
Equipamentos de informática	4.172.044	(3.741.853)	430.191	419.617	20%
Tratores e implementos agrícolas	7.830	(3.108)	4.722	5.295	20%
Máquinas e equipamentos	32.679.354	(16.216.713)	16.462.641	16.688.483	12%
Instrumentos cirúrgicos	149.529	(87.898)	61.631	13.971	10%
Ferramentas	99.284	(67.547)	31.737	37.883	20%
Total	65.882.308	(33.698.754)	32.183.554	31.041.409	

Movimentação do ativo imobilizado

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>31.12.2023</u>
Terrenos	159.360	-	-	-	-	159.360
Edificações	23.292.517	1.784.640	(239.731)	-	(10.802.779)	14.034.647
Instalações	735.510	-	-	-	(735.510)	-
Veículos	318.593	171.000	-	-	(273.818)	215.775
Móveis e utensílios	2.344.020	226.782	(18.424)	-	(1.769.528)	782.850
Equipamentos de informática	4.043.481	175.920	(47.357)	-	(3.741.853)	430.191
Tratores e implementos agrícolas	7.830	-	-	-	(3.108)	4.722
Máquinas e equipamentos	30.056.370	2.968.855	(344.065)	(1.806)	(16.216.713)	16.462.641
Instrumentos cirúrgicos	107.502	57.629	(17.408)	1.806	(87.898)	61.631
Ferramentas	92.569	6.715	-	-	(67.547)	31.737
Total	<u>61.157.752</u>	<u>5.391.541</u>	<u>(666.985)</u>	<u>-</u>	<u>(33.698.754)</u>	<u>32.183.554</u>

<u>Descrição</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>31.12.2022</u>
Terrenos	159.360	-	-	-	-	159.360
Edificações	21.644.316	5.023.311	(3.375.110)	-	(10.387.811)	12.904.706
Instalações	735.510	-	-	-	(735.510)	-
Veículos	318.593	100.000	(100.000)	-	(213.932)	104.661
Móveis e utensílios	2.239.168	198.945	(45.953)	(48.140)	(1.636.587)	707.433
Equipamentos de informática	3.981.827	217.578	(158.416)	2.492	(3.623.864)	419.617
Tratores e implementos agrícolas	2.100	5.730	-	-	(2.535)	5.295
Máquinas e equipamentos	25.900.308	5.141.935	(1.031.521)	45.648	(13.367.887)	16.688.483
Instrumentos cirúrgicos	95.015	12.487	-	-	(93.531)	13.971
Ferramentas	81.976	11.710	(1.117)	-	(54.686)	37.883
Total	<u>55.158.173</u>	<u>10.711.696</u>	<u>(4.712.117)</u>	<u>-</u>	<u>(30.116.343)</u>	<u>31.041.409</u>

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são captados para utilização como capital de giro e os financiamentos referem-se ao FINAME. As taxas de juros seguem as práticas de mercado e foram oferecidos avais em garantia.

	Taxa de Juros a.a	2023	2022
Empréstimo - Capital de Giro - CEF	14,61%	44.727.684	49.686.794
Empréstimo - Capital de Giro - Banco do Brasil	6,85%	997.948	1.802.423
Empréstimo FINAME Santander	4,02%	138.393	199.900
Empréstimo - Capital de Giro - Santander	8,73%	714.742	1.429.484
Empréstimo - Capital de Giro - Bradesco	9,18%	3.807.039	-
Empréstimo - Capital de Giro - Santander	8,73%	1.105.298	1.681.975
Empréstimo - Bradesco - conta garantida		2.988.843	297.794,00
Empréstimo - Unicred - conta garantida		4.323.000	2.570.000
Conta Garantida SICREDI 81782-1		2.977.958	2
Empréstimo Peq. Obra da Div. Providencia		1.500.000	1.500.000
Unicred - Cheque pré		51.683	-
Juros a apropriar		(20.591.292)	(24.503.545)
		42.741.296	34.664.827
Circulante		18.757.056	7.265.014
Não circulante		23.984.240	27.399.813

A movimentação dos empréstimos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

	2023	2022
Saldo Inicial	34.664.827	27.274.269
Captação	99.191.731	114.804.938
Pagamentos de principal	(86.879.604)	(96.679.924)
Pagamentos de juros	(4.235.658)	(10.734.456)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	42.741.296	34.664.827

Covenants

O Hospital possui cláusulas restritivas em contratos de empréstimo em caso de ocorrer inadimplência de parcelas, protestos de títulos ou ações judiciais que coloquem em risco o cumprimento de suas obrigações, recuperação judicial ou falência, descredenciamento junto ao Sistema Único de Saúde ou ausência de quitação de débitos fiscais, trabalhistas e previdenciários.

O Hospital cumpriu com esses Covenants durante o exercício.

8. Fornecedores a pagar

As obrigações com fornecedores são decorrentes basicamente do fornecimento de produtos e serviços necessários às atividades da Entidade, como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores de produtos hospitalares	7.636.003	8.714.222
Fornecedores de produtos e serviços	455.760	551.270
Serviços profissionais a pagar	2.767.328	2.313.363
	<u>10.859.091</u>	<u>11.578.855</u>

9. Obrigações trabalhistas

O passivo trabalhista refere-se ao compromisso assumido para com os colaboradores, como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários a pagar	2.380.520	2.203.138
FGTS a recolher	365.083	370.321
INSS a recolher	270.435	166.054
Provisão de férias e encargos	3.962.263	3.398.274
Outros	234.886	225.540
	<u>7.213.187</u>	<u>6.363.327</u>

10. Provisão para contingências

A Entidade é parte em diversos processos judiciais e administrativos. São constituídas provisões para os riscos cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis quando estas puderem ser estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais.

Considerando posicionamento dos assessores jurídicos, através de uma revisão e análise detalhada dos riscos de cada processo, a Entidade registrou no exercício de 2023 a provisão de contingências de R\$ 1.014.394, perfazendo assim um saldo final de R\$ 2.467.004. Essa provisão abrange 93 processos cujo valor total das causas solicitados pelos autores é de R\$ 24.683.633, sendo assim, a provisão estimada pelos assessores jurídicos de perdas corresponde a 10% do total.

Os processos por danos morais, materiais e estéticos corresponde a 71 de todos os processos e sua provisão de valores de causas representando 90% do valor total das causas. Atualmente temos 7 processos trabalhistas. Em 2023 houve um aumento de 24 processos.

	2023			2022		
	Nº Processos	Valor das Causas	Contigência	Nº Processos	Valor das Causas	Contigência
Cíveis	71	23.004.501	2.315.804	58	16.943.314	1.433.610
Trabalhistas	7	679.093	108.000	1	15.000	8.000
Outros	15	1.000.039	43.200	10	242.186	11.000
	93	24.683.633	2.467.004	69	17.200.500	1.452.610

11. Convênios

Os convênios referem-se basicamente a recursos recebidos do Ministério da Saúde e Emendas Parlamentares para custeio de projetos e obras realizadas para expansão do Hospital. A aplicação dos recursos vem sendo efetuada de acordo com o previsto e as prestações de contas são efetuadas tempestivamente.

	2023	2022
Convênios com a União	2.544.900	345.642
	2.544.900	345.642

O aumento dos recursos de convênio com a União são em detrimento do recebimento de valores do piso da enfermagem em 29 de dezembro, sendo possível repassar apenas em 04 de janeiro no montante de R\$ 1.524.562.

12. Compromissos contratuais, parcelamentos e passivo fiscal

Os parcelamentos e compromissos contratuais da Entidade podem ser demonstrados como segue:

Descrição	2023			2022		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Fornecedores	121.672	440.000	561.672	79.817	-	79.817
Multa Ministério do Trabalho	23.884	-	23.884	38.895	22.689	61.584
Parcelamento Previdenciário	92.812	193.861	286.673	88.291	260.030	348.321
Parcelamento Federal	199.518	415.663	615.181	179.639	553.886	733.525
	437.886	1.049.524	1.487.410	386.642	836.605	1.223.247

13. Patrimônio líquido

Conforme o estatuto social, a Entidade aplica integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos sociais, estando impedida de distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou rendas a título de lucros ou participações no Superávit.

Assim, o Superávit ou Déficit em cada exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social ou por ele absorvido. Portanto, o patrimônio líquido é representado pelo patrimônio social inicial da Entidade acrescido dos superávits ou déficits apurados anualmente, desde a data de sua constituição.

14. Receitas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Diárias	7.133.409	6.792.906
Taxas	4.424.368	4.283.762
Materiais e medicamentos	15.675.961	14.905.913
Materiais especiais	10.735.212	5.862.144
Gases medicinais	1.735.425	2.116.959
Exames e diagnósticos	13.296.231	11.050.666
Pacotes Especiais	17.579.429	10.427.765
Outras receitas com pacientes	10.435.725	5.733.962
Total de receitas com pacientes	<u>81.015.760</u>	<u>61.174.077</u>
Materiais especiais	2.945.447	2.317.726
Receita complementar - contratualização	23.914.231	19.099.438
Receita Covid19	-	4.783.079
Outras receitas de serviços	4.947.562	8.222.385
Total de receitas com pacientes SUS	<u>31.807.240</u>	<u>34.422.628</u>
Incentivos - União Federal	41.841.419	28.811.920
Estágios com instituições de ensino	1.399.079	1.471.242
Total de receitas com incentivos, estágios e cartão saúde	<u>43.240.498</u>	<u>30.283.162</u>
Total das Receitas Operacionais	<u>156.063.498</u>	<u>125.879.867</u>
Subvenções estaduais - pessoal cedido	-	1.573.556
Subvenções federais / ministério da saúde	7.470.123	5.258.600
Total das Subvenções	<u>7.470.123</u>	<u>6.832.156</u>
Doações em Dinheiro	351	7.931
Doações em Materiais e Medicamentos	224.184	162.101
Cortesia	-	187.635
Total das Doações e Cortesia	<u>224.535</u>	<u>357.667</u>
Glosas de pacientes particulares e convênios	(1.598.009)	(8.866.925)
Repasso médico	(15.524.295)	(10.154.928)
Total das Deduções	<u>(17.122.304)</u>	<u>(19.021.853)</u>
Total das Receitas Líquida	<u>146.635.852</u>	<u>114.047.837</u>

15. Custo dos serviços prestados

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Custos com pessoal	45.593.848	36.892.346
Custos com pessoal - pessoal cedido	-	1.392.207
Serviços médicos pessoa jurídica	25.602.930	18.451.062
Outros serviços prestados por terceiros	4.702.645	2.577.665
Medicamentos	6.318.000	6.313.393
Materiais hospitalares	5.700.175	6.297.837
Órteses e próteses	17.387.567	12.318.324
Gêneros alimentícios	2.721.939	2.202.720
Materiais de Copa e Cozinha	1.619.573	1.650.735
Material de Higienização e Zeladoria	1.205.725	958.212
Outros gastos de manutenção hospitalar	3.316.424	2.628.785
Energia elétrica	1.878.308	1.552.014
Depreciação e amortização	3.969.555	3.586.339
Perdas Diversas	7.364.151	4.904.657
Outros custos gerais hospitalares	1.173.935	1.361.004
	<u>128.554.775</u>	<u>103.087.300</u>

16. Despesas gerais e administrativas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas com pessoal	6.462.949	5.715.331
Despesa com pessoal - pessoal cedido	-	181.348
Serviços prestados por terceiros	1.581.838	2.362.054
Despesas com veículos	194.695	236.858
Material de Escritório	599.612	488.121
Manutenção de software	486.104	290.660
Material de Informática	606.515	409.082
Provisão para Perdas Judiciais	1.014.394	-
Despesas Judiciais	-	418.513
Outros Gastos Gerais Administrativos	1.505.702	1.255.173
Auxílio e Doações	331.741	336.039
	<u>12.783.550</u>	<u>11.693.179</u>

17. Despesas Financeiras

	2023	2022
Juros de Empréstimo e Financiamento	5.794.550	4.928.243
Juros de Mora	717.611	269.371
Tarifa de Cartão	284.048	627.434
Total de receitas com pacientes	6.796.209	5.825.048

18. Imunidade tributária

A Casa de Caridade Dom Orione é declarada de Utilidade Pública Federal, conforme publicado no DOU de 25 de outubro de 1978. É caracterizada como Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde, conforme Portaria SAS/MS Nº. 1.384, publicada no DOU em 25 de janeiro de 2024, cujo certificado possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2025, foi nos concedido pela prestação anual de serviços ao SUS superior a 60%, sendo este, prova de sua certificação atual.

Em face da imunidade tributária a Entidade não está sujeita ao recolhimento de impostos e contribuições, conforme abaixo demonstrado:

	2023	2022
INSS	12.462.466	12.267.898
Imposto de Renda	2.754.824	2.116.913
Contribuição Social	1.500.565	1.156.093
ISSQN	2.778.824	2.140.913
COFINS	4.168.236	3.211.369
PIS	903.118	695.797
	24.568.033	21.588.983

A Casa de Caridade Dom Orione efetuou em 2023 e 2022 os seguintes atendimentos ao SUS - Sistema Único de Saúde:

Descrição	2023			2022		
	Internação - Qtde	Ambulatorial - Qtde	Receita	Internação - Qtde	Ambulatorial - Qtde	Receita
SUS	43.669	98.407	R\$ 73.648.660	39.464	106.029	R\$ 58.283.717
NÃO SUS	18.619	239.865	R\$ 63.893.456	17.235	208.738	R\$ 46.962.051
TOTAL	62.288	338.272	R\$ 137.542.116	56.699	314.767	R\$ 105.245.768
% SUS	70%	29%	54%	70%	34%	55%
% NÃO SUS	30%	71%	46%	30%	66%	45%
% META	60%			60%		

19. Instrumentos financeiros

A Entidade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

20. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2023, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	60.000.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos	tabela fipe
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	200.000
Lucros cessantes	Não realização de "lucros" decorrentes de danos materiais	12.000.000
		<u>72.200.000</u>

21. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos após 31 de dezembro de 2023 que pudessem impactar as demonstrações financeiras de forma relevante.